

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
FORMAÇÃO INTERCULTURAL PARA EDUCADORES INDÍGENAS**

Eliana do Rosário Ferreira Gonçalves Oliveira
Regiane Costa Barbosa

**O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM DUAS ESCOLAS
XAKRIABÁ (BUKINUK E UIKITU KUHINÃ):
PORTUGUÊS INDÍGENA E PORTUGUÊS PADRÃO EM FOCO**

Eliana do Rosário Ferreira Gonçalves Oliveira
Regiane Costa Barbosa

**O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM DUAS ESCOLAS
XAKRIABÁ (BUKINUK E UIKITU KUHINÃ):
PORTUGUÊS INDÍGENA E PORTUGUÊS PADRÃO EM FOCO**

Percurso Acadêmico apresentado ao Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FIEI/FAE/UFMG) como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Línguas, Artes e Literaturas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Gorete Neto.

Belo Horizonte
2016

Dedicamos esse trabalho aos nossos familiares que, com amor e compreensão, nos ajudaram a superar a distância e a saudade que sentíamos. E esse amor tão grande nos deu força e nos impulsionou a chegarmos até aqui, na certeza de que conseguimos alcançar nossos objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente ao nosso Deus por nos permitir chegar até aqui, nos ajudando a romper os obstáculos, a superar nossos limites e principalmente por ter nos dado sabedoria, força e entendimento para vencermos nos momentos mais difíceis dessa nossa caminhada.

Agradecemos com carinho à nossa família, pelo apoio incondicional, pela paciência, companheirismo e acima de tudo pelo amor dedicado a nós.

Em especial, eu, Eliana, agradeço a Marina, Flávia, dona Valdetina (minha sogra), seu Manoel (meu sogro), dona Zilda (minha mãe) e ao meu amado por cuidar dos meus filhos durante minha ausência.

Agradecemos de coração às nossas lideranças: Sr António de Pulú, seu João de Nenen, Bidá, Sr. Istácio, Sr. Adelino, Sr. Antônio Coco e ao Batista; que sempre nos apoiaram e através desse apoio é que chegamos até aqui, e hoje estamos concluindo mais uma etapa em nossa busca pelo conhecimento. Jamais nos esqueceremos de agradecer seu Valdim, Sr. Valdemar, seu Silvino e seu João de Jovina, homens guerreiros, incansáveis na luta e na defesa de nossos direitos.

Agradecemos também aos nossos caciques, em especial ao cacique Domingos por se preocupar com a nossa formação apoiando a nossa vinda pra Universidade.

Agradecemos aos nossos colegas, membros do colegiado: Jair, Júlio Cesar, Miranda, Jan Carlos, Aparecido e Manoel. Agradecemos também aos professores coordenadores do FIEI. Vocês se doaram sem esperar nada em troca. Vocês fizeram o possível pelo bem estar do grupo. Obrigada pela paciência e pela ajuda que vocês dispensaram a todos nós.

Agradecemos muitíssimo aos professores que nos receberam em sala durante as observações: Graça, Marinete, Marcelo Corrêa e Marlene; a vocês, o nosso muito obrigado.

Estendemos nossos agradecimentos a toda comunidade, nossos entrevistados, alunos, jovens, adultos e crianças. Arianã aos nossos sábios que são a base de nossa sustentação. A eles nossa admiração e respeito.

Aos nossos colegas de curso, os nossos agradecimentos. Foi muito rica nossa troca de experiência, e a saudade com certeza irá ficar pra sempre em nossas vidas.

Aos bolsistas, nossos companheiros de jornada. Agradecemos a vocês, Luiza, Gabriela, Clarice, Gustavo Jardim e Gustavo Tanus por dividir conosco conhecimentos e aprendizados.

Aos diretores da Faculdade de Educação, aos reitores e pró-reitores da UFMG, muito obrigada. Aos nossos professores, nossos sinceros agradecimentos. Para nós, vocês são mais do que simplesmente professores, vocês se tornaram grandes amigos.

A você Rodrigo, agradecemos por ser como é, sempre disposto, sempre sorrindo, sempre feliz. Com vocês, professores Carlos e Josiley, aprendemos que literatura é mais do que ler bons livros. Literatura é construir identidade, é também ter um ouvido atento à oralidade e sempre trazer pra cena da nossa vida aquilo que fica registrado em nossas memórias. A você professor Marcos Scarassatti obrigado por nos fazer descobrir que viver também é uma arte. Agradecemos por você despertar em nós a sensibilidade de perceber a magia dos sons ao nosso redor.

Aos professores Charles, Marina, Lucinha e Cristina, apesar do pouco tempo que passamos com vocês, agradecemos por fazerem parte desta nossa trajetória.

Professores Eunice e Luiz Gouveia, obrigada por dividir conosco conhecimentos e experiências vividas. Com certeza levaremos seus ensinamentos conosco por toda a vida.

Professor Gil, admiramos você por ser como é. Dedicado, responsável naquilo que faz. Ensinar é o seu dom, obrigado por ser educador e obrigado por compartilhar conosco dom de ensinar.

As professoras Ana Gomes e Shirley Miranda, como foi bom estar com vocês. Nossos encontros foram sempre muito intensos. Com vocês fomos construindo nossos conhecimentos. Aprendemos a valorizar os nossos patrimônios materiais e imateriais; conhecer e defender os nossos direitos. Estudar com vocês foi um presente pra nós.

A você, nossa professora e orientadora Maria Gorete Neto, não temos palavras pra te agradecer. Obrigada por esse seu jeito meigo e sempre gentil. Foi nossa amiga e nossa mãe. Esteve conosco em todos os nossos momentos, nos bons e acima de tudo nos ruins. Agradecemos pelas aulas que tivemos, pelos passeios, pelos conselhos, enfim, por tudo de bom que aprendemos com você. Esperamos ter a oportunidade de nos encontrarmos em outras ocasiões. Ariantã, nossos sinceros agradecimentos.

Não podemos nos esquecer de agradecer Luciana e Arley tão incansáveis na secretaria do FIEI. Agradecemos ao professor Wellington pelo belo espaço Mandala, lugar de descanso e sossego.

Por fim, agradecemos a todos da FAE - UFMG, pela acolhida e pelo tratamento que recebemos aqui, desde a cantina até a direção. Estamos partindo e com certeza sentiremos saudades.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	7
2.	OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	9
3.	LOCALIZANDO O TERRITÓRIO INDÍGENA XAKRIABÁ	11
4.	O CONTEXTO SOCIOLÍNGUISTICO XAKRIABÁ	13
5.	O PASSO A PASSO DA PESQUISA	14
5.1	O perfil dos entrevistados	17
5.2	A escolha das séries a serem observadas	20
5.3	Descrição das Aldeias e das Escolas focalizadas na pesquisa	21
5.3.1	A aldeia Riacho dos Buritis e seus moradores	21
5.3.2	A Escola da Aldeia Riacho dos Buritis: Escola Estadual Indígena Uikitu	23
5.3.3	Descrição da Aldeia Caatinguinha e seus moradores	27
5.3.4	A Escola da Aldeia Caatinguinha: Escola Estadual Indígena Bukinuk	28
6.	O PORTUGUÊS INDÍGENA E O PORTUGUÊS PADRÃO NAS ALDEIAS FOCALIZADAS	30
6.1	A linguagem e a sabedoria dos mais velhos	30
	a - Entrevista com o senhor Antônio Pereira de Souza	
	b - Entrevista com dona Ana Evaristo de Souza	
	c - Entrevista com o senhor Evaristo Seixas Ferro	
6.2	Observações feitas no 5º ano nas Escolas Uikitu Kuhinã e Bukinuk	35
6.3	Observações feitas no Ensino Médio	38
6.4	O português indígena e o português padrão no ponto de vista dos entrevistados	41
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS	52

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo pesquisar o ensino da língua portuguesa em duas escolas do território Xakriabá: Uikitu Kuhinã, na aldeia Riacho dos Buritis, e Bukinuk, na aldeia Caatinguinha. Observamos o 5º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio nessas duas escolas, com o intuito de entender que relação existe entre a língua portuguesa ensinada na sala de aula e a língua portuguesa que é falada nessas comunidades.

Acreditamos que tanto o português da comunidade, nesse trabalho chamado de “português indígena”, quanto o português padrão são importantes para o desenvolvimento do povo Xakriabá desde que não haja uma supervalorização de um e uma desvalorização do outro. É possível que essas duas formas do uso da língua caminhem juntas com a mesma finalidade, sustentando a cultura e dando maior visibilidade ao nosso povo perante a sociedade não indígena.

Antes de tudo é importante esclarecer, no entanto, que a primeira vez que ouvimos falar de “português indígena” foi na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI) do qual fazemos parte. Essa forma de ver a língua portuguesa como ‘língua indígena’ e acima de tudo como língua materna é para nós, e acreditamos que para muitos parentes também, algo novo, mesmo sendo um tema já bem discutido por alguns linguistas e pesquisadores, dentre os quais está Terezinha de Jesus Machado Maher (1996). Segundo Gorete Neto (2013, p. 127), Maher faz uma definição sobre o termo “português índio”, a partir de sua experiência como professora de língua portuguesa em cursos de formações de professores indígenas no Acre. Para Maher:

[...] embora a língua portuguesa não seja tradicionalmente, vista como símbolo de identidade indígena, os professores-índios do projeto “Uma Experiência de Autoria” vem utilizando, em suas práticas discursivas, uma variedade específica desta língua, através da qual sinalizam indianidade. (MAHER, 1996, p. 181, citado por GORETE NETO, 2013, p. 127).

Entendemos que ainda há pessoas que pensam que somos ou que deveríamos ser os mesmos índios do período pré-colombiano. Concordamos em partes. Ainda somos os mesmos índios, porém, com visões de mundo diferentes. Hoje, lutamos para que os nossos direitos sejam reconhecidos e garantidos por lei. Por isso, reconhecemos que temos a necessidade de dominarmos a leitura e a escrita da língua portuguesa em sua norma culta como um dos nossos principais recursos. No entanto, não podemos deixar que, essa necessidade se transforme num pretexto para que a variedade da língua portuguesa falada em nossas comunidades venha ser tratada por nós mesmos, como uma língua minoritária e sem prestígio,

uma vez que para a sociedade não indígena em muitos casos, a nossa língua, o português da aldeia, já é rotulada dessa maneira. Para muitos, a língua de “prestígio ou língua dominante” conhecida como português padrão deveria ser a única língua a ser falada no Brasil.

Não é raro encontrar pessoas que pensam que o Brasil é um país de uma língua só. Segundo César e Cavalcanti, “o país mantém interna e externamente o mito de nação “monolíngue”, tornando, assim, invisíveis suas “minorias” linguísticas e socioculturais.” (César e Cavalcanti, 2007, p. 50); e é por isso também que, Trindade, ao escrever sobre o português monotongado dos índios Tapuios da aldeia Carretão do estado de Goiás afirma que:

em favor de uma visão linguística homogeneizante, fundamentada na ideal de nação/ língua nacional, percebe-se nas mais diversas instâncias da sociedade, uma tendência de impor a imagem do país monolíngue. Os discursos não sustentam apenas a imposição de um português padrão, mas, além disso, apagam marcas de existência de quaisquer outras línguas faladas no Brasil. (TRINDADE, 2011, s.p.).

Desta forma, esse trabalho pretende contribuir para essa discussão, mostrando a importância de se valorizar as variedades indígenas do português sem prejuízo da aprendizagem da língua Portuguesa padrão.

2. OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Quando decidimos abordar o tema Língua Portuguesa Indígena e Língua Portuguesa Padrão em nosso projeto de pesquisa foi com a intenção de entendermos melhor o processo do ensino de língua portuguesa nas escolas das aldeias. Afinal, como é para um professor indígena Xakriabá ensinar língua portuguesa? O que ensinar? E como ensinar? Uma vez que a língua que é falada nessas comunidades, principalmente na voz dos mais velhos, muitas vezes é oposta daquela que “deve” ser ensinada na sala de aula, a chamada língua padrão? Nesse sentido, nosso objetivo é:

Objetivo geral

Fazer uma reflexão sobre o uso do português indígena e do português padrão nas aldeias Riacho dos Buritis e Caatinginha.

Objetivos específicos

- a) Verificar como o português é tratado nas escolas destas aldeias;
- b) Discutir o papel do professor e da escola no ensino das variedades de português na aldeia;
- c) Analisar como alguns representantes dessas comunidades lidam com a língua portuguesa.

Para melhor justificarmos nossa pesquisa, reiteramos aqui que há poucos estudos sobre o ensino de língua portuguesa entre os Xakriabá. Além disso, consideramos também necessário saber se as aulas que são ministradas nas escolas estão de acordo com os padrões culturais de nosso povo, uma vez que a escola tem vínculo com o estado e conseqüentemente se vê obrigada a seguir os padrões de ensino impostos pela SRE (Superintendência Regional de Ensino). Neste sentido, a autonomia da escola muitas vezes tem se tornado ponto de discussão em muitas reuniões na comunidade e na escola, principalmente na elaboração do PPP (Projeto Político Pedagógico). Entendemos que há uma preocupação por parte dos pais, dos mais velhos e principalmente por parte dos professores ao ensinar a língua portuguesa aos seus alunos.

Cada criança ao iniciar seu processo de escolarização traz consigo um conhecimento muito grande sobre o modo de ser e viver de sua aldeia; conhecimento esse que é adquirido durante o convívio com os familiares e com todos os que fazem parte do seu meio social. Para Cagliari:

Qualquer criança que ingressa na escola aprendeu a falar e a entender a linguagem sem necessitar de treinamentos específicos ou de prontidão para isso. Ninguém precisou arranjar a linguagem em ordem de dificuldades crescentes para facilitar o aprendizado da criança. Ninguém disse que ela devia fazer exercícios de discriminação auditiva para aprender a reconhecer a fala ou a falar. Ela simplesmente se encontrou no meio de pessoas que falavam e aprendeu. (CAGLIARI, 1996, p. 17).

Isso acontece com nossas crianças. No entanto, ao entrarem para a escola, essas crianças se deparam com muitas palavras que até o momento não faziam parte do seu vocabulário. Então, qual é o papel da escola e do professor no sentido de preservar essa língua que é parte de nossa cultura e que vem sendo modificada ou substituída pela norma padrão da língua portuguesa? Tentaremos responder essa pergunta no decorrer da nossa pesquisa.

É importante esclarecermos, no entanto, que não somos contra o ensino da língua portuguesa em sua norma culta na escola indígena, ao contrário, reconhecemos que a escolarização e o ensino da língua portuguesa tem sido de grande valia. Ela tem se tornado uma importantíssima aliada para nós, nos auxiliando na defesa de nossa cultura e na luta pelos nossos direitos, os direitos indígenas; acreditamos que esse aprendizado é fundamental não somente para nós Xakriabá como também para todos os povos indígenas do Brasil.

É preciso esclarecer ainda que a língua portuguesa é, até o momento, considerada a primeira língua do povo Xakriabá, ou seja, nossa língua materna; assim como também é a primeira língua de vários outros povos indígenas do Brasil. Tal situação não impede que aos povos indígenas seja ensinado, o português de acordo com os nossos interesses e com nossa cultura, como afirma Gorete Neto (2013, p. 131).

Outro aspecto importante a ser citado é a grande variedade linguística existente em nosso território, devido a sua grande extensão e às mais de 30 aldeias espalhadas por ele, o que torna o português Xakriabá uma língua muito rica. Iremos observar, no entanto, o ensino do português em duas escolas, em duas aldeias diferentes, abordando a prática pedagógica dos professores em questão, em relação ao ensino do português, em especial sobre o português indígena e a sua relação com o português padrão. Esperamos que, ao chegarmos ao final de nossa pesquisa, nosso trabalho possa contribuir com as respectivas escolas e comunidades no sentido de fortalecer e preservar a língua falada por nós Xakriabá. Afinal, não existe língua errada. Não devemos de maneira alguma sufocar as variedades linguísticas que são faladas em nossas aldeias. Antes devemos dar visibilidade a essas línguas e permitir que elas sejam faladas por todos e que elas fiquem sempre em uso, pois, “toda língua é completa, rica e serve plenamente para todos os usos que dela se queira fazer” (BRASIL, 1998).

3. LOCALIZANDO O TERRITÓRIO INDÍGENA XAKRIABÁ

A terra indígena Xakriabá encontra-se hoje no município de São João das Missões, região norte do estado de Minas Gerais. O povo Xakriabá no passado “ocuparam vários territórios, distribuídos pelas bacias dos rios Araguaia, Tocantins e São Francisco; de Goiás ao Maranhão” (SILVEIRA, 2005, p. 15), até serem aldeados no norte de Minas Gerais, onde hoje é a nossa localização. A extensão do nosso território atualmente é de aproximadamente 53.000 hectares demarcados e homologados. Porém, no ano de 1728 houve uma delimitação de terras para os Xakriabá. Essa delimitação ocorreu após a vinda dos bandeirantes paulistas para essa região de Minas Gerais. Nessa época, mais precisamente no século XVIII, o mestre de campo Januário Cardoso de Almeida, (filho do então bandeirante Matias Cardoso de Almeida, um dos primeiros a chegar e colonizar a região do médio São Francisco, no século XVII e um dos principais responsáveis pelo extermínio e dominação de muitos índios Xakriabá que habitavam a região), uniu-se com os índios Xakriabá que ficaram na região a fim de lutar e expulsar os índios Kayapó, que também habitavam essa região. Por causa dessa união, os Xakriabá receberam essa terra delimitada, que, segundo o atual cacique Domingos (comunicação pessoal), foi uma forma de encurralar os índios em um só lugar. Essa área delimitada era de aproximadamente 200 mil hectares, fazendo limites com os rios São Francisco, Itacarambi e Peruaçu (cf. SILVEIRA, 2005, p. 15).

Segundo o cacique Domingos, a terra, apesar de ter sido delimitada e registrada em cartório, continuou sendo invadida. Silveira afirma que nos séculos XIX e XX, as invasões eram articuladas principalmente por parte de posseiros e alguns fazendeiros vindos em sua grande maioria do nordeste do Brasil e, por certo tempo, estes estabeleceram alianças com os Xakriabá, inclusive casavam-se entre si, originando assim a miscigenação do nosso povo.

A primeira demarcação da terra ocorreu na década de 70 especificamente no ano de 1979. Cacique Domingos afirma que nessa época foram demarcados 46.000 hectares, ficando de fora da demarcação mais de 70 por cento da área delimitada, incluindo a região mais fértil do território Xakriabá, ou seja, as margens do rio São Francisco. Fomos empurrados então para a região mais seca do território, onde há poucos rios e uma grande escassez de água. Afirma o cacique que, em 1979 a terra foi demarcada, porém, não foi homologada. Portanto, continuou nas mãos dos fazendeiros e posseiros.

O território Xakriabá só foi homologado então no ano de 1988, após muita luta, massacres, e após a chacina ocorrida em 12 de fevereiro 1987, onde várias pessoas morreram inclusive o Sr Rosalino Gomes de Oliveira, pai do atual cacique Domingos. Recentemente,

mais precisamente a partir do ano 2.000, o povo Xakriabá vem lutando para que ocorra a ampliação de mais 43 mil hectares dessa área, que segundo consta no documento de delimitação da terra, aproxima-se dos 200.000 hectares.

Atualmente estamos com quatro áreas retomadas: nos anos de 2006 e 2007 foram retomadas Morro Vermelho, Dizimeiro e Licuri e em 2013 foram retomadas as margens do rio Peruaçu, em Vargem Grande. Essas áreas retomadas ainda não foram demarcadas, mas, segundo o cacique Domingos, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) já publicou o relatório para a demarcação dessas áreas. Porém, segundo ele, um relatório publicado não quer dizer que a terra já está ou que será demarcada. Com a publicação do relatório, o território só passa a ser reconhecido como terra indígena. A partir daí, esse relatório precisa passar pela FUNAI, Ministério da Justiça e Presidência da República para que haja então a demarcação. É um processo longo. Estamos, portanto, na expectativa de que essa demarcação aconteça, fazendo valer assim um direito que é nosso e que nos foi retirado.

O número de habitantes do território vem crescendo consideravelmente. De acordo com a Fundação Nacional de Saúde (FNS), no ano de 2011 a população estimada aproximava-se de 9.000 pessoas. Atualmente o número de pessoas do território Xakriabá aproxima-se de 10.500, distribuídos por 34 aldeias.

MAPA DA RESERVA INDÍGENA XAKRIABÁ



Fonte: Google Earth, 2013.

4. O CONTEXTO SOCIOLINGUÍSTICO XAKRIABÁ

O povo Xakriabá pertence à família linguística Jê, do tronco linguístico Macro-Jê. Os nossos ancestrais eram falantes da língua Akwen, juntamente com o povo Xavante do Mato Grosso e os Xerente do Tocantins. Hoje, nós Xakriabá “por questões históricas, sociais e diglósticas” (TRINDADE, 2011, s.p.), também falamos a língua portuguesa como primeira língua. E o português Xakriabá, ou o português da aldeia, ainda está muito presente na oralidade, muito mais do que na escrita. Isso porque a escrita segue a norma padrão da língua portuguesa. Praticar a oralidade para nós é muito significativa e interessante. Para Silveira, “estudar as práticas da oralidade significa não deixar morrer uma memória coletiva, porque é através da oralidade que os índios, e todos os outros povos, preservam e propagam seu patrimônio cultural, de geração a geração” (SILVEIRA, 2005, p.7), e para nós Xakriabá, a oralidade é muito rica, praticada em nosso meio através das histórias orais, das loas (versos improvisados e recitados em casamentos), das conversas com os mais velhos, etc.

Nós consideramos até então a língua portuguesa como nossa língua “materna”, pois é a primeira língua com a qual tivemos contato, ou seja, a língua portuguesa é, atualmente a nossa língua de instrução oral e escrita, uma vez que a língua Akwen, passa por um processo de revitalização linguística e são poucas as pessoas que ainda falam algumas palavras do Akwen entre nós.

5. O PASSO A PASSO DA PESQUISA

Nesta seção, apresentamos qual foi o passo a passo para a realização da pesquisa e a justificativa para a escolha dos entrevistados e das escolas. Consideramos que essa é uma pesquisa qualitativa e sobre o uso das metodologias qualitativas na educação, Ludke & André (1996, p. 11), ao escreverem sobre esse tema nos chama atenção logo no início sobre o enorme “interesse que os pesquisadores da área de educação vêm demonstrando pelo uso dessas metodologias”. Relatam também que usos de termos como os estudos de caso, pesquisas etnográficas, entre outros também vem sendo utilizados por pesquisadores e em muitos casos empregados de uma forma irregular. Há de se tomar cuidado ao fazer uso desses termos na área da educação. Segundo os autores, apesar do uso dessas metodologias estarem em evidência ainda há muitas dúvidas em relação a sua utilização. O que realmente significa uma pesquisa qualitativa? Qual sua função? Como entender e empregar termos tão distintos como se fossem únicos?

Para esclarecer um pouco dessas questões, Ludke & André abordaram algumas colocações feitas por diversos pesquisadores, cada um expondo seu ponto de vista sobre o uso desses termos na área da educação. Bogdan & Biklen (1982), por exemplo, " discutem o conceito de pesquisa qualitativa apresentando cinco características básicas que configurariam esse tipo de estudo. Para eles uma das características presentes nesse tipo de pesquisa é a forma como o pesquisador lida com o ambiente a sua volta e com as pessoas que serão estudadas por ele. “O significado que as pessoas dão as coisas e a sua vida são focos de atenção especial” (LUDKE; ANDRÉ, 1996, p. 12). A vida de quem ou do quê está sendo observado. Os sentimentos, as reações, as diversidades e tudo o que acontece à sua volta tem que ser visto como muito importante e tem que ser agregados à pesquisa.

Em relação às pesquisas chamadas de etnográficas, entendemos que há de se ter uma atenção especial. Segundo Wolcott (1975), “o uso da etnografia em educação deve envolver uma preocupação em pensar o ensino e a aprendizagem dentro de um contexto cultural amplo”. Portanto, pensar em um estudo etnográfico significa abordar amplamente as diferentes formas de viver e expressar uma cultura e, qualquer estudo que negue as questões culturais de um determinado grupo social não pode de maneira alguma ser chamado de etnográfico; o pesquisador deve estar muito atento a esse tipo de situação.

Os estudos de caso, por sua vez, se resumem em pesquisar um determinado assunto de uma forma específica seja ele simples ou mais complicado. “Alguns autores acreditam que todo estudo de caso é qualitativo” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 18), porém, nem todos podem

ser classificados como tal. Há algumas exceções, cabe ao pesquisador diferenciar cada caso. Em cada uma dessas situações, ou seja, usando qualquer um desses termos no desenvolvimento de uma pesquisa, o pesquisador deve estar sempre apto a realizar um bom trabalho.

Apresentaremos a seguir, os métodos que utilizamos para o desenvolvimento de nossa pesquisa, que é uma pesquisa qualitativa de observação participante. Ao iniciarmos, optamos por seguir por dois caminhos: gravação de entrevistas e observação em sala de aula. Esses dois métodos nos pareceram melhor opção para desenvolver o nosso trabalho. Isso não quer dizer que não utilizamos também de outros métodos como diários de campo, das observações e conversas nas aldeias, que por sinal, nos foram muito úteis.

Através das observações realizadas em sala, pudemos perceber em partes, como o português indígena é utilizado e praticado pelos alunos tanto no 5º ano do Ensino Fundamental quanto no 3º ano do Ensino Médio. Percebemos também algumas das dificuldades encontradas por esses alunos em aprender e as dificuldades encontradas pelos professores ao ensinar a língua portuguesa padrão em suas práticas pedagógicas, principalmente nos anos iniciais. Foi interessante participar das aulas e nos ajudou muito no desenvolvimento de nossa pesquisa.

Com as entrevistas, buscamos trazer para o nosso trabalho o jeito próprio do Xakriabá falar o português e também obter suas opiniões sobre o ensino/aprendizagem do português padrão nas escolas e sua relação com o português indígena. Essas entrevistas foram gravadas no ano de 2015 em meses distintos. Das 10 entrevistas, algumas foram gravadas nas escolas da aldeia Caatinginha e Riacho dos Buritis e outras em aldeias próximas a elas, mais especificamente na casa de alguns entrevistados.

Antes de iniciarmos cada entrevista, explicamos que era parte de nosso trabalho de conclusão de curso e só depois do consentimento dos entrevistados é que começamos gravar nossas conversas. Durante as entrevistas fizemos perguntas relacionadas ao nosso tema de pesquisa. No entanto, os entrevistados ficaram à vontade para falar o que eles pensavam e o que queriam falar sobre o assunto. Alguns tiveram mais espontaneidade em falar, outros foram mais comedidos, porém, todos falaram o que entenderam ou o que entendiam sobre o tema.

Procuramos entrevistar mulheres e homens, entre lideranças, professores e alunos, pois julgamos ser importante e necessário ouvirmos o ponto de vista que cada um tem em relação ao assunto abordado e, nesse caso, ambos colaboraram conosco. Somente uma aluna se

prontificou a conversar e gravar uma entrevista, os outros estudantes não quiseram gravar. É importante ressaltar que optamos por entrevistar as lideranças, os nossos mais velhos justamente por se tratarem de pessoas importantes em nosso meio, por possuírem um grande conhecimento em relação à história Xakriabá, por terem muita experiência de vida e por se preocuparem em repassar seus conhecimentos às futuras gerações. Além disso, suas falas representam genuinamente a língua portuguesa falada nas aldeias.

A seguir apresentaremos informações sobre as pessoas entrevistadas e quais as funções que as mesmas realizavam nas suas respectivas aldeias na época em que foram realizadas as entrevistas. Iremos manter os verdadeiros nomes dessas pessoas, pois assim ficou acertado com cada um que iríamos utilizar os nomes originais durante o desenvolvimento da pesquisa.

5.1 O Perfil dos Entrevistados

Conforme referido, seguem as informações sobre os entrevistados.

Ana Evaristo de Sousa

É uma senhora de 55 anos de idade, dona de casa e parteira. Mora na aldeia Caatinguinha, mãe de 4 filhos e avó de aproximadamente 12 netos. Ela também é cozinheira das festas que acontecem na aldeia e nas comunidades vizinhas também.

Edvaldo Fagundes de Sousa

Mora na aldeia Caatinguinha, pai de 4 filhos, é professor na aldeia há 8 anos, trabalha com as séries do Ensino Fundamental nível I e II. cursou o magistério indígena no Parque do Rio Doce e cursou o Ensino Superior na UFMG graduando se em Ciências da Vida e da Natureza (CVN), turma da licenciatura em Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI) de 2011.

Sr. Evaristo Seixas Ferro (em memória)

Foi ancião e pajé da aldeia Caatinguinha. Morreu aos 82 anos de idade, meses após conceder essa entrevista. Era muito procurado por todos do território, para preparar remédios caseiros. Ele também era um grande conhecedor de muitos segredos e ciências da terra indígena Xacriabá.

Marlene Pereira de Sousa

É professora do Ensino Fundamental I. Trabalha há dois anos como educadora e mora na aldeia Caatinguinha, é solteira, tem 24 anos e vem de uma família que procura preservar muito a cultura e a variedade da língua portuguesa falada por nós Xacriabá, em especial a língua portuguesa que é falada na aldeia onde mora.

Marcelo Correa Franco

Tem 33 anos. É pai de 2 filhos, mora na aldeia Barreiro Preto e trabalha nas escolas Xukurank e Bukinuk. Começou a dar aula em 2001 na escola Xukurank e em 2007 na escola Bukinuk,

trabalha com o Ensino Fundamental II na aldeia Caatinguinha, e Ensino Médio na aldeia Sumaré. As disciplinas são de língua portuguesa.

Sr. Antônio Pereira de Souza

Tem 70 anos de idade. É liderança da aldeia Itacarambzinho onde mora e também das aldeias próximas. Pai de 6 filhos e avô de 8 netos. Foi um dos primeiros professores a atuar como alfabetizador aqui na aldeia.

D. Alvina Rodrigues Ferreira

É professora há 17 anos. Atualmente dá aulas de língua portuguesa, arte-cultura no Ensino Médio e Ensino Fundamental II na Escola Uikitu Kuhinã. Coursou o magistério indígena e graduou se em Línguas, Artes e Literatura no PROLIND UFMG. Casada, mãe de 2 filhos e mora na aldeia Poções.

Diana Isabel Rodrigues da Silva

É aluna do Ensino Médio na Escola Uikitu Kuhinã. Tem 16 anos de idade. Têm quatro irmãos. Sua mãe trabalha como agente de saúde da aldeia e seu pai é lavrador. Reside com os pais na aldeia Olhos D' água.

Graça Edvirges dos Santos

É professora na Escola Uikitu Kuhinã. Trabalha há 25 anos, como professora de língua portuguesa. Coursou Licenciatura Indígena na UFMG, graduando-se em Línguas, Artes e Literatura no PROLIND. Atualmente trabalha com o ensino de língua portuguesa e biologia no Ensino Médio. Têm 48 anos de idade, casada, mãe de 3 filhos e mora na aldeia Olhos D' água.

Marinete Pereira Oliveira

Tem 27 anos de idade. É professora há 9 anos. Leciona na Escola Uikitu Kuhinã, no Ensino Fundamental I e Ensino Médio. Gradou-se em Ciências Sociais e Humanidades (CSH) no curso de Formação Intercultural para Educadores Indígena (FIEI), turma de 2009. É casada, mãe de um filho e reside na aldeia Riacho dos Buritis.

Quando nós decidimos escolher os nossos entrevistados, pensamos na contribuição que cada um traria para o nosso trabalho. Entrevistamos os professores por estes serem os mediadores do conhecimento tradicional e científico e por conhecerem os alunos com o qual trabalham. Isso foi fundamental para conhecermos um pouco da realidade de cada turma e escola bem como saber as dificuldades no ensino aprendizagem da língua portuguesa padrão e como o português da aldeia é visto e tratado por estes professores em sala.

Ao entrevistar os alunos pretendíamos ver o posicionamento que eles tinham em relação a língua falada pelos mais velhos, como pais e avós e ouvir a opinião que estes têm sobre o português que aprendem na escola. Infelizmente somente uma aluna nos concedeu entrevista.

Quanto aos outros entrevistados, os mais velhos, consideramos fundamentais os relatos que eles nos deram. Nossa intenção era de que eles nos falassem sobre a educação escolar nas escolas, porém eles falaram sobre suas experiências de vida e o modo de viver das pessoas nas aldeias antigamente. Isso foi muito mais do que esperávamos, pois, eles nos deram exemplos claros do português indígena. Para nós foi uma experiência muito rica.

5.2 A escolha das séries a serem observadas

Ao decidirmos escrever sobre o ensino da língua portuguesa nessas escolas, nós nos propusemos a observar 2 turmas em específico: o último ano do Ensino Fundamental I e o último ano do Ensino Médio.

Ao observarmos o 5^a ano nossa expectativa era de descobrir como é a relação dos alunos com a língua portuguesa, tanto a que é ensinada na escola, quanto a que é falada na comunidade, uma vez que esses alunos ainda estão no início de seu processo de escolarização, ou seja, estão começando a ter contato com uma forma diferente de linguagem, a linguagem do livro didático, a linguagem da escola. Reconhecemos que é importante entender como a escola trabalha a questão da variante da língua portuguesa que é falada na comunidade. Como é para o professor trabalhar a questão do certo e do errado, como o aluno deve escrever e falar. Pois:

Os povos indígenas têm, cada um deles, o seu modo próprio de falar a língua portuguesa. Esses modos de falar o português têm, quase sempre, marcas muito específicas da língua de origem do povo em questão: no vocabulário, na gramática, na pronúncia. Esses modos de expressão devem ser respeitados na escola e fora dela, já que também são atestados de identidade indígena. (BRASIL, 1998).

Ao observarmos o 3^a ano do Ensino Médio, buscamos entender qual o impacto do ensino da língua portuguesa padrão na comunidade. Como é a relação do jovem com o português falado na aldeia, a língua falada pelos mais velhos, uma vez que esses alunos estão terminando uma etapa em seu processo de educação escolar e por serem jovens estudantes e estar sempre em contato com diferentes formas de escrita e leitura. Buscamos entender através da observação qual o comportamento desses jovens em relação ao português indígena. Isso nas duas escolas que iremos observar.

5.3 Descrição das Aldeias e das Escolas Focalizadas na Pesquisa

Nesta seção, iremos apresentar as aldeias e as escolas focalizadas em nossa pesquisa. É importante esclarecer que as aldeias Riacho dos Buritis e Caatinguinha são bem distantes uma da outra, por isso os costumes são diferentes em alguns pontos. Em relação ao português falado nessas duas aldeias, há algumas diferenças na pronúncia. As escolas têm suas especificidades. Cada uma trabalha conforme os costumes locais.

5.3.1 A aldeia Riacho dos Buritis e seus moradores

A aldeia Riacho dos Buritis encontra-se dentro do território indígena Xakriabá. A aldeia fica próxima às aldeias Pindaíbas e Olhos D'água e tem uma população de aproximadamente 138 pessoas, distribuídas em 31 famílias. A língua falada na comunidade é a portuguesa ou especificamente o português indígena. A variedade do português falado na aldeia também é muito semelhante ao português que é falado pelas pessoas que moram em um vilarejo próximo, fora da reserva Xakriabá.

O estilo de vida da maioria dos moradores da aldeia é simples, embora quando se comparado com o modo de vida dos moradores há alguns anos atrás, existam algumas diferenças bem visíveis, por exemplo, as construções das casas já não seguem mais os modelos tradicionais, ou seja, não são mais de adobos e enchimentos. Muitas famílias possuem algum tipo de renda, como aposentadorias, bolsa família ou tem algum vínculo empregatício e recebem salário e isto tem possibilitado a compra de alguns eletrodomésticos, telefones celulares, entre outras coisas. Os meios de transportes também têm mudado bastante, antes utilizavam-se cavalos, jegues, carros de bois, burros ou mulas e em alguns casos as viagens eram feitas a pé. Hoje, alguns moradores possuem motos ou carros e isso auxilia no transporte dos demais moradores. Além disso, uma linha de ônibus faz ligação da aldeia com a cidade.

Apesar dessas mudanças, os costumes e as tradições têm se mantido firmes. Os mais velhos são muito respeitados e procuram sempre passar seus conhecimentos para todos da comunidade, principalmente no que diz respeito à lida com a terra e o plantio da roça, pois, muitos, mesmo já estando aposentados, trabalham na roça para complementar a renda da família e junto com os filhos que também são trabalhadores rurais cultivam a terra para o plantio.

Atualmente, as roças quase não produzem, pois, o tempo das águas está ficando cada vez mais curto e as chuvas estão diminuindo bastante. Tem ano que ocorre perda total da plantação, daí surge a necessidade dos moradores procurarem outros meios de sustento para suas famílias. A agricultura de subsistência que era praticada antes, hoje vem dando lugar para outras atividades complementares, como a criação de gado e de outros pequenos animais. Muitos moradores vêm se utilizando destas atividades para ajudar no sustento da casa. Viver só da caça e da pesca já não é mais possível, pois, os animais em sua grande maioria estão em extinção e já não existem mais rios como antigamente, portanto, não existem mais peixes também.

Hoje a maioria das crianças e jovens em idade escolar são estudantes. Muitos completam o Ensino Médio, alguns desistem da escola e saem em busca de emprego fora da aldeia. As opções de emprego na aldeia são poucas, basicamente se resumem na área da saúde e educação, por isso, a maioria dos jovens, que terminam o Ensino Médio procuram conseguir trabalho nessas duas áreas e os que não conseguem acabam abandonando a aldeia e indo para a cidade em busca de oportunidades. Muitos, depois de certo tempo, retornam para a aldeia, outros ficam definitivamente na cidade.

A comunidade também é assistida pela Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), que mantém uma Unidade Básica de Saúde (UBS) na aldeia Pindaíba. Essa UBS é responsável pelo atendimento médico, odontológico, dentre outros; tudo é realizado de modo a suprir as demandas dos moradores das comunidades próximas na qual a aldeia Riacho dos Buritis faz parte. Os moradores também, através da Associação de Moradores da Aldeia Riacho dos Buritis e Adjacências, buscam trazer para as comunidades muitos projetos com o intuito de desenvolver cada vez mais a vida de todos. Esses projetos são discutidos e aprovados em reunião por todos os membros da associação.

5.3.2 A escola da aldeia Riacho dos Buritis

Escola Estadual Indígena Uikitu Kuhinã



Imagens: Escola. Fotografia de Eliana Oliveira, 2016.

A escola Uikitu Kuhinã, da aldeia Riacho dos Buritis é uma escola recente. O espaço físico foi construído no ano de 2003 e a arquitetura utilizada na construção é a indígena. Nessa época a escola funcionava como segundo endereço da Escola XUKURANK da aldeia Barreiro Preto. Somente no ano de 2008, houve o desmembramento da Escola do Barreiro e a Escola Uikitu Kuhinã tornou-se escola sede da aldeia Riacho dos Buritis. Desde então, a escola atende os alunos de todas as aldeias próximas, mantendo assim cinco escolas vinculadas. Essas escolas são vinculadas à escola sede devido às aldeias ficarem distantes da aldeia Riacho dos Buritis. Por não ter como transportar todos os alunos para estudarem na escola do Riacho, houve a necessidade de abrir uma escola em cada uma dessas aldeias como segundos endereços. As aldeias cujas escolas são vinculadas a escola da aldeia Riacho dos Buritis são: Aldeia Pedrinhas, Aldeia Pindaíba, Aldeia Poções, Aldeia Forges e Aldeia Itacarambzinho. A palavra Uikitu Kuhinã significa ‘VENHA CÁ CRIANÇA’.

A Escola Estadual Indígena Uikitu Kuhinã atende os alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio e funciona em dois turnos: manhã e tarde. Atendendo a uma demanda de aproximadamente 226 alunos, incluindo os segundos endereços. Todo o corpo docente, discente e todos os funcionários da escola residem nessas respectivas aldeias, ou seja, todos são indígenas, exceto os inspetores de educação da SRE (Superintendência Regional de Ensino) que encontra-se no município de Januária, MG. Os inspetores não residem nas aldeias, eles vêm até às escolas periodicamente ou quando necessário. Isso ocorre em todas as escolas do território Xakriabá.

A Escola procura integrar no currículo, sempre que possível, os saberes tradicionais e os saberes científicos, ou seja, os livros didáticos não são os únicos instrumentos de ensino apesar de serem os mais utilizados; a sabedoria dos mais velhos em relação à nossa cultura e tradição também é levada para dentro da sala de aula como parte do aprendizado. Assuntos relacionados ao território como, por exemplo: como observar as fases da lua para o plantio da roça, a retirada das sementes, madeira e do barro para a produção dos artesanatos; o uso das plantas medicinais, a colheita, as feitas de farinha e produção de rapadura, poesias e versos, a falta de água, seca dos rios e nascentes, retomada do território, dentre outras coisas são assuntos abordados pelos professores em sala juntamente com as disciplinas regulares e em especial nas aulas de Uso do Território. Sendo assim, conhecimento indígena e não indígena caminham juntos, visando um bom desempenho dos alunos.

Atualmente a diretora da escola Uikitu Kuhinã é Venira Ferreira Leite e a escola conta com um quadro de funcionários composto por: 1 diretor, 1 vice-diretor, 1 coordenador

pedagógico, 1 pedagogo, 2 auxiliares de secretaria, 1 bibliotecária, 13 auxiliares de serviços gerais e 38 professores atuando em sala. Desses 38 professores, somente 3 são contratados como professores de cultura e são responsáveis por atender tanto a escola sede quanto os segundos endereços, ou seja, cada professor fica responsável por duas escolas.

Os materiais didáticos utilizados pelos professores em sua maioria são enviados pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) e pela SRE (Superintendência Regional de Ensino) de Januária, quando há capacitações dos professores. Alguns livros produzidos pelos professores durante os cursos de formação também são usados como materiais didáticos. Já os materiais utilizados pelos professores de cultura, estes são produzidos pelos próprios professores que não utilizam livros didáticos como recurso e sim recursos didáticos retirados do próprio território como barro, penas de aves diversas, madeira sementes etc.

Os professores de cultura ensinam aos alunos os cantos tradicionais do povo Xakriabá, a pintura corporal e sua importância, ensinam como produzir artesanatos feitos de sementes e de barro e são responsáveis também por ensinar algumas palavras na língua Akwen. O perfil desses professores é diferenciado. Ao escolher um professor de cultura, as lideranças, comunidade e todos os envolvidos avaliam o conhecimento que o candidato possui em relação à cultura e sua participação nos assuntos relacionados ao povo, e, para ser escolhido, esse professor não tem que ter necessariamente um grande conhecimento da chamada educação escolar, nem ter formação específica para isso. Ele é formado na comunidade a qual pertence, no convívio com os familiares e com os mais velhos e isso é o que conta na hora da escolha.

Os professores de cultura são contratados como regentes de turma para atender especificamente os alunos da Educação Infantil ao 5º ano, com um total de oito horas de aula por semana em cada escola. Entendemos que esse número de aula de cultura estabelecido ainda é muito pouco para atender esses alunos em suas demandas. Entendemos que é preciso ver a possibilidade de ampliar o número dessas aulas, como também a contratação de outros professores. Para nós, o ideal seria um professor de cultura para cada escola. No entanto, até o momento essa não é a realidade da escola Uikitu Kuhinã, embora em outras aldeias do território já tenha professores de cultura contratados, um para a escola sede e um para cada escola vinculada, como é o caso da escola Bukinuk.

Os professores de cultura do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, por sua vez, são contratados como regentes de aula, uma vez que também lecionam outras disciplinas. Cada aula de cultura nessas turmas tem 50 minutos de duração. Do 6º ano do Ensino fundamental ao 2º ano do Ensino Médio são 2 aulas por semana em cada série e no 3º ano do Ensino

Médio há somente uma aula por semana.

Atualmente os professores do Ensino Médio também estão produzindo materiais para trabalharem todas as disciplinas de uma forma interdisciplinar e precisam, portanto, criar novas metodologias. O ensino de línguas, por sua vez, se concentra em sua maioria no ensino da língua portuguesa. Sendo cinco aulas por semana em cada série a partir do Ensino Fundamental II. Essas aulas têm duração de 50 minutos que, somadas, dão um total de 163.4 horas/ aula por semana.

5.3.3 Descrição da aldeia Caatinginha e seus moradores

Na aldeia Caatinginha, a qual também faz parte de nossa pesquisa, residem 83 famílias e aproximadamente 450 pessoas. Os habitantes da comunidade moram bem próximos uns aos outros. Quase todas as casas são de adobo e pau a pique e as telhas são feitas na comunidade pelos próprios moradores. Tem algumas famílias que ganharam casas do projeto do Governo, ‘Minha Casa Minha Vida’, e, com isso, estão abandonando as antigas casas. Tem algumas pessoas que trabalham como professores na própria comunidade e buscam muito o conhecimento dos anciões para passarem para as crianças e para os jovens da aldeia, e este conhecimento é levado para dentro da sala de aula. Outras pessoas trabalham como agentes de saúde. O sustento das famílias que não têm emprego, ou seja, que não recebem salário, na maioria das vezes são os alimentos que eles mesmos plantam como: milho, mandioca, batata, fava (feijoa), feijão, abóbora, cana e outros. Quando ganham a roça, eles vendem para conseguir dinheiro e com isso suprir as outras necessidades.

Muitos jovens da aldeia não frequentam a escola, pois deixam os estudos para trabalharem na cidade. Muitos desses jovens vão trabalhar no corte de cana, colheita de café e em outros serviços que conseguem em algumas firmas aqui mesmo em Minas Gerais ou em São Paulo e até mesmo em Mato Grosso. É uma forma de manter a família e de construir família e ter seu cantinho para morar.

Os meios de transporte da comunidade basicamente são motos, carros, jegues e cavalos. Esses meios são utilizados para as atividades do dia-a-dia também, dentro da própria aldeia ou fora. Os moradores buscam muitos projetos para aldeia. Eles já conseguiram uma casa de medicina, uma farinheira e até uma casa de rituais como meio de melhoria para os moradores e preservação da cultura.

5.3.4 A Escola Da Aldeia Caatinguinha: Escola Estadual Indígena Bukinuk

Prédio da escola construído pela prefeitura do município



Imagens: CASA ESCOLA: projeto executado pelo Governo Estadual. Fotografias de Regiane Barbosa, 2015.

A escola da aldeia Caatinginha é vinculada à Escola Estadual Indígena Bukinuk, que está localizada no território indígena Xakriabá, na aldeia Sumaré I. A Diretora que atende esta unidade de ensino é Cleuza Cavalcante Silva de Alkmim. O significado de Bukinuk é ‘índio’ e esta unidade foi implantada em 2005. Conforme dito acima, é conhecida como escola sede, pois têm mais 06 (seis) escolas em aldeias diferentes que são vinculadas a ela e essas escolas recebem o mesmo nome Bukinuk.

A arquitetura das escolas é igual. Elas foram construídas no modelo padrão, as paredes são de tijolos, os telhados são de telhas coloniais, pisos de cimento. Contém três salas com área, uma cozinha, dois banheiros e uma sala para guardar os produtos de limpeza. Os funcionários que trabalham neste estabelecimento são: 1 Diretora, 3 Vice-Diretores, 3 Bibliotecárias, 6 Secretários, 42 Professores, 12 Serviçais, 1 Pedagoga e 2 Coordenadores. Desses 42 professores, 7 são professores de cultura, ou seja, na escola Bukinuk há 1 professor de cultura na escola sede e 1 em cada uma das escolas vinculadas.

A escola Bukinuk atendeu no ano de 2014, 606 alunos matriculados nos endereços citados. Os recursos para funcionamento da escola vêm de projetos do Estado e são divididos entre essas unidades, assim como os materiais didáticos enviados pelo MEC. Há materiais que foram produzidos pela comunidade, juntamente com os alunos durante a retomada do território nas Caraíbas, como cartilhas e panfletos falando sobre a retomada do território. Esses materiais já estão sendo trabalhados dentro da sala de aula.

Os professores de cultura, além desses materiais ensinam os alunos várias coisas da cultura envolvendo a Língua Akwen. Mas, o tempo de carga horária é muito pouco. São apenas 2 (duas) horas/aula durante a semana, enquanto a carga horária de Língua Portuguesa é de 5 (cinco) horas/aula por semana em cada turma.

A diretora sempre faz visitas em cada uma dessas escolas para ver como está o desenvolvimento dos professores e dos alunos em sala de aula. E sempre que há reunião nas aldeias, a diretora e os vices participam junto com a comunidade local. Em todas as escolas funcionam as séries desde a Educação Infantil ao 9º ano e as aulas funcionam de manhã e à tarde. Os professores são das próprias aldeias. O Ensino Médio funciona à noite na escola sede e os alunos e professores são das aldeias citadas acima.

6. O PORTUGUÊS INDÍGENA E O PORTUGUÊS PADRÃO NAS ALDEIAS FOCALIZADAS

Apresentaremos nesta seção uma análise dos registros coletados: as entrevistas e as observações de sala de aula. Iremos descrever um pouco sobre quais as principais dificuldades apresentadas pelos alunos em relação a aprendizagem da língua padrão e em quais situações essas dificuldades mais apareceram no decorrer das aulas. Outro ponto a ser destacado também é como os alunos fazem uso do português da aldeia na escola e como as professoras lidam com essas situações de diversidade linguística dentro da sala de aula. Iniciaremos a seção com as entrevistas com os mais velhos e, posteriormente, trataremos das observações das escolas e das demais entrevistas.

6.1 A Linguagem e a Sabedoria dos Mais Velhos

O objetivo desta parte é dar voz à linguagem e à sabedoria dos mais velhos. Para isso, transcrevemos o mais fielmente possível a fala dos anciãos. Entendemos que nessas falas há muito do português Xakriabá. Algumas palavras estão entre parênteses para facilitar o entendimento.

a) Entrevista com o Senhor Antônio Pereira de Souza

As diferenças no ensino da época de antigamente para hoje:

Diferença tem né? Mazi (mais) num tem como. A mudança num é muito não. Ieu sempre falo assim pra várias pessoas, porque, ieu não estudei pa pegá muita diferença não, mas alguma coisa eu tô, ieu ainda tô ouvino né? E a gente tem que seguir. Tem vez que as pessoas de idade, ave Maria, o povo hoje tá isso, assim!!! Mas nós tem que seguir as duas parte, não pode deixar esquecer todas as coisas passadas, mazi não pode segui diretamente só nela também não. O jove de hoje, né? Tudo é mudado... A mudança não foi pra pior não, né; de acordo a era que nós tamo! Será que aí a 50 anos, 60 anos atrás as coisas era tão diferente de hoje? Era... Todas as coisas né! Mas ieu num acho que hoje tá muito ruim não, porque tá seguino de acordo a era, né. O conhecimento de hoje mudô tudo.

Como era o tratamento dos jovens com os mais velhos:

A primeira escola do nosso pai, nosso, que ensina a criança, quando ela começava fala, o pai já falava assim: cê num trata ninguém seje ele quem fô, era vancê. As, a, as mulher, as senhoras, os senhores. Hoje há criança que que trata um adulto véi aí é você, né? Tem essa

grande diferença. Mas a vezes num é porque aquela criança é maleducada não. É porque ela já aprendeu já com o próprio (próprio) ensino dele já foi dado de início. Num é porque ele é maleducado. Nós aprendemo foi naquela data, então era, a educação dos pais era aquela e hoje tem a mudança, no ensino. Eu num acho que isso é errado não, né? E, era o nosso pai que fazia aquilo. O pai fazia chega, e cê só dava benção o padrim era de juei (joelho). Pudia ir onde for, ele falava, vortava, juei. Se, encontrava o padrim lá na istrada, o, o, Disamuntava. Ele disamuntava do cavalo pra pudê o minino, o afiado dá benção ele, de juei no mei (meio) da istrada. Então era uma educação dada. Hoje num acontece mais isso. Então a diferença, a diferença é grande né?

A confecção da pólvora pelos Xakriabá antigos

Ieu até sinto muito ieu num tê aprendido mais coisa, porque a gente achava que, não valia nada né? E ieu alembro quando aquelas pessoas mais véi e ieu minino, ali em casa era o ponto de junta o véi. Chamava o véi Marcilino né? O finado Marcilino. Um véi por nome Estevo né? Aí ês (eles) ia, ês tinha o conhecimento tudo, daquelas coisa antiga, o que, que... Cumé que era, cumé que num era, né? Ieu alembro que esses véi descubriu uma terra aí pa fazê porva (pólvora); e num tinha porva igual. E a lapa tá lá inté hoje. Aquela do povo de cumpade Agineli, lá. Foi ali, ieu minino, o meu avô juntava mais ês, juntava uns, uns cinco home e entrava. Diz que era muito mais de duzentos metro lá dentro que ês entrava. Como esses véi deu esse entrevém de fazê aquela pesquisa lá? Hoje cê conta isso é poucas pessoas que acredita. Existiu um exemplo, uma história que... E meu, meu, meu avô é que fazia. Ieu cansei de vê ele fazeno. Ieu lembro até das midida que ele colocava. Tinha inoxofre, tinha u, u, u carvão só da madeira do limão, daquele limãozim. Só daquela, da madeira daquele limãozim só. Hoje quem, quem vai lembrá né? Se conta isso, o povo, cê tá doido moço? Aonde tinha uma coisa dessa que fazia? E tinha... Cumpade Maneli. Aí conta a mesma coisa.

b) Entrevista com Dona Ana Evaristo de Sousa:

O trabalho da mulher de antigamente: fiar e tecer com algodão e cuidados com o umbigo do bebê

De pimero (primeiro), nós fiava e fazia os vestido, eu mesmo vestia de agudão e hoje até agudão ta difiçu (difícil) pra ucê (você) fia. De pimero, fiava aquela linha fina no fuso pá remenda a ropa. E imbigo de minino que ia cortá é amarrado com os cordão que a gente fazia, e hoje já não tá fazeno isso mais puque um imbigo de minino hoje pega infecção. E essas proquera (porqueira) que fica botanu lá, coloca aquele arcu (álcool) pra seca o imbigo

fica igual tesó (duro) cum coisa que tá é queimado. E antigamente não, ucê sabe, tinha o azetim (azeite) procê coloca ali e derrepentim ele caía ,e até azetim tá difiçu.

As comidas de antigamente e alguns produtos de beleza utilizados

De pimero, a gente fazia o angu dento da fava e fazia a canjica cunziava (cozinhava) tudo junto, fazia um angu duro e um mole, pu cê (para você) coloca o duro dento do mole. De pimero, ucê tinha essas coisa tudim e hoje já não tem mais. De pimero, era mais mió (melhor). Colocava fogo no munturo e a mãe da gente colocava umas peda (pedra) umas trempe e cendia o fogo. Pisava o mii (milho) fazia beju lá no munturo e sentava a gente tudim e ia conta istora (história) cumeno (comendo) aquele beju, contanu istora pá gente e, não vê mais isso aqui. A gente ia ni festa era tudo cum pé nu chão e não tinha ninguém que ria da gente. E o cremo (creme) da gente, ucê ta pensano que a gente lavava cabelo cum cremo, passava era óli (óleo) que tem no mato, da manonia (mamona). Tirava as momonia e torrava pa pudê pisá e tirava aquele óli, aquele dali que a gente passava no cabelo , e o cabelo da gente chegava derrama assim, ó aquele cabelão bunito, não tinha daquilo de iscuê (escolher) cremo que dá bom ô não.

c) Entrevista com o senhor Evaristo Seixas Ferro (em memória)

A terra Xakriabá ontem e hoje

Como tá hoje, tá uma terra... como ela foi uma terra escundida de 58 pra cá. Antão (então), esse, aqui nessa terra num tinha num tinha socorro de nada, num tinha iscola, num tinha nada. Num tinha tranzo (trânsito) de mota (moto), num tinha ninguém que tinha carro, num tinha socorro de nada, só tinha o socorro quando Deus dava aquela licença que dava roça, que a pessoa né, trabaiava que ganhava. Agora ali os pai de famía (família) só vivia daquilo, da caça do mato tudo, e otu (outro) socorro aqui num tinha nessa terra. Antão aqui num existia professor, num existia ninguém de dize assim eu tem um prefeito pa fazê um socorro pra ele, prefeito aqui, nós num tinha prefeito. Num tinha istrada praquela casa de paia (palha), onde a gente ia ia muntadu (montado), aques (aquelas) pessoa aques moça rapaziada entava (entrava) tudo pa dentu (dentro), iscundia, se fosse pa gente pidi uma aguá ninguém saía pu (para o) lado de fora. Ficava tudo iscundido cochichano la dentu, né, e cabava a genti passava di lisu (de liso). Chegava lá na ota (outra) casa, corria tudo pu lado di dentu (de dentro). Então aquilo ali foi um tipo de casa dificuldade (dificuldade) pra todo aqui nessa terra. Intão hoje tá bom puque tem as iscola, tem tanzito (trânsito) de carro, tem uns movimento, né. As coisa miorou (melhorou). Mais sempre as pessoa tudo é fraco. Não tem um dizê que fico ruim o otu (outro).

Mas sempre tem um salaru (salário), mas o salaru só dá mesmo pa pagá aquês bicu (bico). Aquela fêra (feira) que faz dentu da casa, sempre miorou foi pru causa du salaru que todos tem. Pru causa das iscola. Intão si não tivesse as iscola, intão não tinha salaru pa todo. Todo mundo hoje dentu dessa área já sabe assiná. De primeiro dum tempo antigo era ninguém que sabe assiná. Tá até hoje esses véi, tudo que foi criado de 40 pra cá, não tem um que sabe assiná, pu causa de quê? Pu causa das iscolas pes (para eles) aprendê. Vé que fico tudo pateta de a leitura, sem tê nada. Mas, Deus dá licença que tá vivo a mesma coisa. Dizê que a pessoa da sinatura, du nafabetu (do analfabeto) é assinatura do tempo antigo que foi ai de 58 pra cá, que não tem ninguém que pode istraíá (estranhar) puquê não teve iscola peli (para ele) aprendê. Vê se tivesse iscola peli aprende, vê que tudo mundo tinha as iscola. Intã essas iscola.

A história da Onça Cabloca

Di pimeiru, tinha duas moça dentu da casa, essas moça. ela ia... tinha um morro e sempre tinha um baixão nas bera desse morro. E essas duas moça pegava leá (lenha) nesses morro. E então foi pega leá na parte da tarde dexô (deixou) o pai em casa e a mãe. Daí chego lá, na bera do morro tinha umas nuvia (novilha) cumeno, depois ela.. a ota (outra) fico cá e falo assim, ô, eu vou derrubá aquela nuvia, vou cume o sangue dela! Ocê queta (aquieta) moça, ocê não vai derrubá aquela nuvia que ela vai li (lhe) pega. Elala num machuca não, eu vô derruba ela. E pega esses tez (três) gai (galho) de ramo e põe ele na mão. A hora que eu vi (vir) de lá, ca (com a) boca aberta, use o gai de ramo ni mia (na minha) boca que eu viro gente taves (outra vez). Ela pego uns tez (três) gai di ramo, e cortou berano (beirando) uas (umas) motia. Ela bero a motia, né, chego lá na frente, a nuvia tava cumeno. Quandu ela viu foi a tribuzona da nuvia. Daí ela quando ela viu tombo da nuvia, tombó a nuvia, sangrô essa nuvia. E caba, ela vei (veio) de lá ca boca aberta, pa paia (para panhar) o ramo na boca. Depois a ota num guentô e correu, correu, chego lá e aviso o pai. Chega pai, a irmã ali derubô a nuvia ali e ela mandô eu pô um ramo na boca né. E cabo ela eu corri, eu corri. Quando o pai foi cum ramo, pego o ramo, chega minina, xô ir atais (atrás). Chego lá, ela já tinha virado onça. Que é essa onça caboca que tem aqui. Ela é o tronco da terra, ela é o respetiu (respeito) da terra. Antão a pessoa, o finado meu pai acertava questã, era quesa (com essa) caboca. Se por acaso, se fosse aquelas pessoa de fora, aquela pessoa né, que não era índio da terra, ele ia labutano queli (com ele), labutano queli e el temanu (teimando), depois meu pai mandava acertá. Caboca, ocê vai acertá essa questã que aqui não teve jetiu (jeito) de arrumá. Ela chegava lá, derrubava o gado queli tinha e derrubava porco e derrubava tudo né, caba, ele via que e uma coisa incantada, ele

largava a questã. Uma vez vem uma questã braba... e cansava de dá parte do cara e o cara temanu. E o cara tem um rebãe (rebanho) de bode. Esse rebãe de bode, daí ele falô, óia aquele cara temos (teimoso). Antã ocê vai derrubá aquele bodi dele tudo. Depois chego lá, tem uns pé de pau preto, né, que tem hoje tá. Intão chego lá, ele tinha assim um manguero, um manguero debaxo do pau preto. Depois chego lá, entro pa dentu o rebãe de cabra no manguero e subiu no gai do pau. Umas três pessoa né, e ela chego derrubo o rebãe de cabra e dexô dendu (dentro) do manguero. E depois no otu (outro) dia junto otu rebai de cabra. Aí vixi, esse aqui é um bicho, é uma onça. Nóis vamu ispera essa onça. Depois subiu no gai do pau e fico lá, né, no gai do pau né, até madrugada. Galo canto, o galo canto. Quando o dia vin (vinha) crariano (clareano), ele disse, e zapiou (apeou). É, ela não vem mais não, ela vem amanhã. Ele dizapiou (desapeou), entrô pa dentu, né. E ela inxeganu eles sentado no gaio do pau. Aí ele foi e ento pa dentu, ela deitou o cassete deitou o cassete e matô eles e infiou na porta até topou na teá (telha) inriba (em cima). Quando tento abri a porta, né, a varanda encheu de cabra dentu da varanda né. Depois ele falo, óia, esse tem aqui e um tem incantado, que ninguém podi matá ele. Nóis vamu larga isso de mão. Depois quando ele largo a questã, né, ela também largo de mata as cabra, né. E de pimeru, tinha esses caboco, esses caboco intindidu (entendido), tabaiava (trabalhava) cum ela, né dava fumo pa ela, dava pinga pa ela. Essas pessoa mais véi foi e foi dexano, foi deoanu, foi morreno, foi morreno, e Deus abençoou que inda tem eu, o tronco véi aqui. Eu Evaristo Seixa Ferro, Catinguinha, um que tabaia (trabalha) cum ela, eu do pinga pa ela, do cachaça pa ela. E se eu manda, ela assim faze quaque (qualquer) binifício (benefício) puã (para uma) pessoa contra, praques (para aqueles) de fora ela, ela tomba õqui (onde que) tivé (estiver). Não malina e cum as criação dos índio, da terra. Mais aquelas pessoa conta (contra) ela, ela rudeia (arrodia) mesmo. O que eu tem a palesta (palestrar) é só essa.

6.2 Observações feitas no 5º ano nas escolas Uikitu Kuhinã e Bukinuk

Observarmos o 5º ano com a finalidade de trazer para o nosso trabalho questões referentes à fala e à escrita desses alunos e foi possível perceber a diferença no modo de falar dessas crianças, comparando-as com a fala de um adulto jovem estudante. Percebemos que as crianças, em geral, trazem consigo muitas palavras que são faladas pelos mais velhos, como pais, avós e bisavós. Essas crianças por não terem tido muito contato com a escola ainda falam o português que os seus mais velhos falavam.

Segundo a professora Marinete seus alunos costumam falar muito o português da aldeia, algumas palavras como “pruque”, “prumode”, estão sempre presentes no vocabulário desses alunos. E, durante as observações foi possível perceber realmente que além dessas; várias outras palavras e frases eram sempre pronunciadas por esses alunos com naturalidade. Palavras como drumi, pradonde, madinha, padim, cê num sabe, cê vai, num fui, quié, cumé ou cuma é, muié, dentre muitas outras apareciam sempre no decorrer das conversas. Essas crianças mesmo que sem darem conta, valorizam muito a língua falada pelos mais velhos e apesar de estarem frequentemente em contato com pessoas de outras aldeias, com pessoas de fora, o não índio e apesar de estarem sempre em contatos com meios de comunicação como televisão, celular, etc. ainda são falantes ativos da língua que aprenderam com seus pais.

Ficou claro para nós, que para esses alunos é uma etapa difícil o início do processo de alfabetização. A língua portuguesa em sua norma culta é muito complicada. Muitas palavras são escritas e pronunciadas de uma forma diferente da que se é falada em casa. Por isso, a maioria dos alunos encontraram muitas dificuldades na hora de colocar essa língua no papel, ou seja, na hora de realizar atividades relacionadas à escrita da língua padrão uma vez que eles, quase sempre escrevem exatamente como falam.

Na sala de aula observada, na escola Uikitu Kuhinã, essas dificuldades apareceram principalmente durante a escrita de palavras e frases ditadas pela professora e também na aula de leitura de textos. Nessas atividades, os alunos introduziam muito o português da aldeia tanto na escrita, quanto na hora da leitura. Nessas situações percebi que a professora levava um bom tempo conversando e explicando para eles como ler e escrever utilizando o português padrão, sem desvalorizar o português indígena.

Algo que chamou a atenção durante as observações, é que o livro didático era presença constante nas aulas, em todas as disciplinas, não somente nas aulas de língua portuguesa. Uma situação bem diferente é quando se refere à fala, ou à oralidade; por se tratar de crianças eles se expressam livremente sem medo de “errar”, mesmo já tendo um pouco a noção da

escrita padrão do português, eles ainda continuam falando o português indígena. Os alunos são muito espontâneos e se relacionam bem uns com os outros, com a professora regente da turma e com todos os outros funcionários da escola. Não são tímidos, ao contrário, todos são muito falantes.

É interessante que os alunos da professora Marinete, apesar das dificuldades mostraram-se interessados em aprender o português padrão. E o comportamento da professora em relação à variedade linguística que é falada pelos seus alunos e a língua que é ensinada na escola é muito significativo. Foi possível perceber que ela procura ensinar a eles a importância que as duas formas de falar têm dentro da comunidade, uma por ser a língua oficial do país e a outra por ser a língua falada pelos mais velhos e que é parte de nossa cultura e história. A relação que a professora Marinete tem com a língua que é falada pelos alunos é de respeito. Sobre isso, ela afirma que:

Na maioria das vezes os alunos, é, eles escrevem da mesma forma que eles falam. Só que, no caso, a oralidade eu não corrijo, da forma que eles falam, eu respeito. O que eu corrijo é apenas a escrita deles. (Marinete, trecho de entrevista, 2015).

Por sua vez, na escola Bukinuk, os alunos também sentem dificuldades em aprender o português padrão. Ainda mais por se tratar de crianças que quase não saem da aldeia e o contato com pessoas de fora da aldeia é muito raro. Lembrando que o português falado na aldeia Caatinguinha se difere muito do português falado nas demais aldeias. Sendo assim, a língua que eles estão sempre em contato é a que seus pais falam. A professora Marlene, da escola Bukinuk, durante as nossas conversas informais relatou que quando é aula de produção de texto os alunos têm ideias para desenvolver o texto mais, encontram dificuldades na hora de colocar no papel, por falar de um jeito (português da aldeia) e ter que escrever de outro (português padrão). Segundo ela, muitas vezes o aluno deixa de produzir o texto por que sabe que não terá um bom desempenho na escrita.

Um ponto importante que foi observado é que, apesar dos alunos da escola Bukinuk terem dificuldades na escrita, eles são muito ativos e desenvolvem bem a oralidade, apesar da timidez. Eles se comunicam e se entendem muito bem. Acreditamos que isso ocorre, pois, na oralidade eles falam como estão acostumados a falar, sem precisarem preocupar se em falar de acordo com as regras da gramática normativa.

Por outro lado, os alunos da escola Bukinuk também sentem dificuldades na hora da leitura de textos. Considerando que os textos, em sua maioria são retirados de livros didáticos que por sua vez se diferem muito da realidade desses alunos. Por esses alunos estarem tão

acostumados a falar o português indígena, na hora de passar a leitura e ter que pronunciar as palavras no português padrão atrapalham se. A professora Marlene tenta conduzir da melhor maneira possível essa situação, lembrando que mesmo ela sendo professora na aldeia, ela também tem dificuldades com o português padronizado. Isso também tem se tornado um desafio para ela quanto educadora.

6.3 Observações feitas no Ensino Médio

Ao observar o 3º ano do Ensino Médio, na escola Uikitu Kuhinã, percebemos que os alunos quase não falavam o português da aldeia, percebemos também que eles utilizavam muitas gírias e ao fazer uso da fala, procuravam aproximar-se ao máximo do português padrão, ao contrário dos alunos do 5º ano que falam bastante a língua da aldeia. A professora Graça relatou durante as nossas conversas que os alunos não costumam falar muito o português indígena falado na aldeia, até porque na escola, especificamente no Ensino Médio, os alunos quase não têm contato com a variedade da língua portuguesa falada na comunidade. Segundo ela, a língua utilizada pelos professores basicamente em todas as disciplinas é a língua padrão; mas, quando acontece de os alunos falarem a linguagem da aldeia ela não corrige a fala, porém, na escrita é sempre corrigido.

Quanto à escrita ou produção de textos, segundo a professora, os alunos não encontram muitas dificuldades ao escrever, pois eles raramente falam como os mais velhos e, além disso, eles não escrevem como falam, pois, por estarem cursando o último ano do Ensino Médio já estão acostumados a usarem as regras do português padrão na escrita.

Durante a observação notamos que as mulheres se mantinham mais caladas enquanto os homens eram bem mais falantes. Durante a explicação da matéria, os alunos prestavam muita atenção e as dúvidas que iam surgindo perguntavam à professora. Não vimos muitas dificuldades por parte dos alunos em aprender a língua padrão, assim como não vimos dificuldades por parte da professora em ensinar uma vez que ela tem mais de 25 anos como professora de língua portuguesa. A professora relata em entrevista que não encontra dificuldades até porque os alunos já se adaptaram ao português e isso facilitou muito o trabalho. Quanto a isso ela afirma que:

pelo menos aqui tá sendo fácil porque a língua materna mesmo né, ainda tá em processo de revitalização né? E como eles já adaptou ao português né, então num ficou muito difícil não; ficou até fácil. (Graça Edvirges, trecho de entrevista. 2015).

Achamos interessante o método que a professora utiliza em sua prática docente. Percebemos que os alunos têm anseios de cursar faculdade e de trabalhar, sendo assim, se dedicam em estudar e aprender o português padrão, por isso, para eles quanto mais aprender a língua culta, mais chances passam a ter no mercado de trabalho ou em curso superior. No entanto, entendemos que essa forma de ver o português padrão como uma porta aberta para o futuro, mesmo que de uma forma não premeditada acaba por sufocar a variedade da língua

portuguesa falada nas aldeias. Em conversa com a professora, ela disse que seria interessante ter aulas do português indígena na escola, para ela seria importante ter a presença dos mais velhos na sala de aula para que houvesse uma troca de conhecimento, o que segundo ela não vem acontecendo na escola. Ela relata em entrevista que:

Eu achava assim, que deveria ter principalmente o, é procura os anciões né, mais velhos e ter aula, né, ou uma arte assim como um dia cultural, uma aula pra isso, pros mais velhos tá passando sempre, sempre na sala de aula prus alunos, preles tá aprendendo, pra que não morra né pra que não acabe. Acho que a escola tinha que tá fazendo isso. (Graça Edvirges, trecho de entrevista, 2015).

Entendemos que realmente é importante a presença dos mais velhos na sala de aula. Os conhecimentos deles são fundamentais para a continuidade dos costumes e tradições de um povo. Acreditamos que se os saberes tradicionais dos anciões são utilizados pelos professores nas disciplinas regulares, como já foi citado anteriormente, o português que eles falam também deveria ser trabalhado na sala de aula e não somente pelos professores de língua portuguesa.

Por sua vez, durante as observações na Escola Bukinuk, a aula que o professor Marcelo aplicou para seus alunos foi relacionada à gramática. O tema da aula foi: orações subordinada substantiva, adjetiva e adverbial. O professor traz os conhecimentos dos livros didáticos dos brancos para os alunos terem domínio sobre o português padrão. Mas, ao contrário dos alunos da escola Uikitu Kuhinã, esses alunos têm muitas dificuldades de entender e se adaptar a linguagem padrão, porque há muitas regras que eles não estão acostumados a fazer uso nas suas atividades do dia-a-dia. O professor Marcelo afirma que:

Porque eles sempre escreve do jeito que fala, essa linguagem popular né? A gente procura manter a forma de falar, mas preocupamos com a escrita. (Marcelo Correa, trecho de entrevista, 2015)

O professor se preocupa com a escrita dos seus alunos, que estão concluindo o Ensino Médio, procurando explicar para eles a diferença entre a fala e a escrita. Nós indígenas temos nossas culturas e costumes, mas também é preciso dominar a escrita padrão e ter conhecimento sobre ela, porque é uma ferramenta necessária para defender os nossos direitos mas, quanto à fala não é errado o jeito próprio de cada um expressar. Como o professor Marcelo relata, o jeito do Xacriabá falar tem que continuar, pois é uma linguagem bem própria da comunidade.

Observamos que enquanto o professor passava a matéria na lousa, os alunos se comunicavam entre eles baixinho. Quando tinham dúvidas, conversavam com o professor sem

medo de falar, expressavam as suas ideias com suas palavras próprias, sem preocuparem com o uso da gramática padrão. E da mesma forma o professor, apesar dele está ali na frente dos alunos explicando quais são as regras gramaticais, percebemos que ele não faz uso dessas regras na sua fala. Ele comunica com seus alunos na linguagem própria do Xacriabá, ou seja, o português indígena falado na aldeia, porque ele sabe que os alunos entenderão melhor o que ele explicar. Esta é a realidade do povo indígena Xacriabá, temos conhecimentos sobre muitas coisas dos não índios, mas só usamos quando é necessário.

Percebemos que na aldeia Caatinginha, os moradores usam a fala do jeito que eles falam e até mesmo para escrever algum bilhete ou carta para um amigo ou para família, a fala acaba incluindo na escrita, e todos entendem o que quer dizer e em muitas vezes quase não percebe se que a ortografia padrão não aparece muito na escrita. Mesmo os que têm conhecimento da gramática formal, como os professores, quase não fazem uso dela no dia a dia. Percebemos que cada escola trabalha o ensino da língua de uma maneira e que cada professor tem um método próprio de ensinar aos alunos, visando o aprendizado e de alguma maneira a preservação da cultura e dos costumes do povo.

6.4 O português indígena e o português padrão no ponto de vista dos entrevistados

Com base nas entrevistas realizadas, faremos um breve relato das situações expostas pelos entrevistados. O primeiro ponto a ser discutido é o fato da língua portuguesa padrão aprendida na escola ter ganhado status de língua superior à língua que é falada na comunidade. Isso nos leva a pensar se o português da aldeia resistirá à influência que vem sofrendo da língua majoritária. Esta é a opinião de uma aluna sobre a língua que é falada em sua aldeia:

Na minha opinião não vai durar muito tempo né? Porque os mais novos hoje tão estudano e vão veno a diferença e os mais velhos vão acabano. E os mais novos quando ficar mais velhos aí também já tão com a sabedoria das palavras mais evoluídas, mais corretas. (Diana, trecho de entrevista, 2015).

Nesse trecho, a entrevistada demonstra que a língua padrão é a correta e seria a mais evoluída. O português é a língua oficial do Brasil, portanto, é a língua de prestígio nacional, a língua dominante. No entanto, apesar de muitos tentarem impor a qualquer custo a ideia de que a gramática padrão é a correta e modelo a ser seguido, sabemos que o Brasil é um país multilíngue. Por isso é preocupante saber que a língua portuguesa padronizada está sendo vista dentro das nossas escolas, onde o ensino se baseia no conhecimento, na cultura e no que é diferenciado, como “língua evoluída, língua correta”, ainda mais quando a língua rotulada como superior não é a mesma que era ou é falada na comunidade, mas sim a que está sendo ensinada hoje na escola. Marcos Bagno (1999) relata que:

O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicadas nas gramáticas e catalogada nos dicionários. (BAGNO, 1999, p. 40)

Bagno relata ainda que “a gramática tradicional despreza totalmente os fenômenos da língua oral, e quer impor a ferro e fogo a língua literária como a única forma legítima de falar e escrever, como a única manifestação linguística que merece ser estudada.” (BAGNO, 1999, p. 40).

Para muitos, esse conceito de língua correta é o que conta. Entretanto, entendemos que muitos fatores têm levado as pessoas a ter esse tipo de entendimento. Um desses fatores é o acesso que elas esperam ter fora da aldeia. Borges (2013, p. 15) afirma que, “um número significativo de indígenas, das mais diversas etnias não está mais somente nas aldeias, mas na cidade, ou na relação com o mundo urbano, com o outro”. Isso tem se tornado comum entre nós. O desejo de conquistar espaços na sociedade não indígena como formação acadêmica,

emprego, vida social, etc., em alguns casos tem se tornado prioridade. Sendo assim, falar e escrever o português “correto” é a arma que muitos têm para ir ao encontro de suas expectativas. E desse modo a língua portuguesa nativa entra em choque com a língua padrão e conseqüentemente acaba perdendo prestígio.

Já na fala do professor Edvaldo abaixo, ele relata sua experiência como educador. Enquanto educador, ele tem percebido o quanto tem sido desafiador para os seus alunos se adaptarem às normas do português padrão. Sobre isso ele afirma:

Aqui a gente encontra muito problema na própria escola mesmo, que você leva de dois a três ano para tirar os mininos desde de lá da quarta à oitava série de não escrevê da mesma forma que eles fala. (Edvaldo, trecho de entrevista, 2015).

Realmente é muito difícil para esses alunos se adaptarem ao ensino escolar devido a obrigatoriedade de aprender a escrever e posteriormente a falar o português padrão de uma hora para outra. E esses alunos confrontam na escola a língua portuguesa falada na aldeia e a língua portuguesa ensinada na escola diariamente. Para Maher:

as pessoas falam diferente, não só porque utilizam sistemas gramaticais diferenciados, mas, também porque seguem convenções pragmáticas diferenciadas. Cada cultura imprime na sua língua um código de conduta interacional específico, e seus falantes seguem tais scripts culturais de modo a se comportarem apropriadamente nos diferentes contextos interativos. (MAHER, 1994, p. 76).

Outro ponto que o entrevistado discute é como as coisas que vem de fora, inclusive a escola, tem influenciado o português da aldeia Caatinginha. Segundo ele:

Em 97, a aldeia Caatinginha falava comum e hoje tem pessoas que fala diferente devido o convívio com outras pessoas que estão entrando na aldeia. O dialeto modificando através da escola e outras pessoas de fora que estão visitando a comunidade, que visita a escola, bate palestra com os aluno, tudo isso influencia no nosso dialeto. (Edvaldo, trecho de entrevista, 2015).

Outro ponto citado nas entrevistas é que o português padrão vem tomando o espaço do português indígena e isso também é preocupante. Para D. Alvina, essa maneira de ver a língua da comunidade como errada, tem refletido muito nas falas dos mais velhos, pois a preocupação com o falar “corretamente” os tem afastado das participações nas reuniões e demandas da comunidade. Segundo ela:

té uns tempos atrás um mais velho ia numa reunião ele não tinha vergonha de falar não. Ele chegava e falava da forma dele e hoje os mais velhos tá fugino da fala. Por que eu me penso assim que eles tá ficano um pouco, um pouco assim com vergonha, porque eles acha que tá falano errado. (D. Alvina, trecho de entrevista, 2015).

Outro ponto a ser discutido, é a questão dos mais velhos serem corrigidos ao fazerem uso da fala. Segundo a professora Marinete, isso ocorre principalmente por parte dos filhos com os pais, como ela afirma em entrevista:

A gente vê na realidade de algumas famílias né, que os mais jovens sempre corrige os mais velhos; mainha, paim, fala num é desse jeito não! (Marinete, trecho de entrevista, 2015).

A professora Alvina sobre essa questão diz que:

[...] as fala dos mais velhos quase que você não vê [...] E nas reuniões, nas repartições de pessoas, assim, quando têm pessoas de fora, porque eles fica com medo de tá falano errado. Porque ele tá seno muitas vezes pressionados pelos filhos, fala, meu pai tá falano errado, minha mãe [...] (D. Alvina, trecho de entrevista, 2015).

Como observa se nos trechos acima, muitos acabam ficando constrangidos e por não terem formação escolar, na maioria das vezes, acabam concordando que não sabem falar ou que falam errado. Segundo Gorete Neto (2013, p. 139), "Ao se tomar/eleger um português como "direito", o correto, automaticamente imputa-se aos outros a pecha de “errados”. Sendo "errados", não podem ser falados e praticados."

Desse modo, o preconceito linguístico acaba criando raízes. E a variedade do português falada por esses mais velhos vem perdendo força dentro das comunidades, enquanto a língua padrão continua com seu status de língua correta.

É importante ressaltar, no entanto, que esses velhos são o pilar de nossas comunidades e que a sabedoria deles não tem preço e nem pode ser medida. Acordamos com D. Alvina, quando ela afirma que o papel do professor“ é ser mediador” dessas situações. Construir com os alunos uma identidade de povo ao qual pertencem fazendo uso da língua padrão nas ocasiões de necessidade sem deixar de lado a língua da aldeia, o português Xakriabá, a nossa língua.

Outro fator que contribui para a desvalorização do português Xakriabá está relacionado ao espaço que o mesmo ocupa dentro da carga horária da escola, uma vez que os professores trabalham essa variedade da língua portuguesa falada por nós, juntamente com o ensino do português padrão, como afirma D. Alvina:

A gente tem que associar mesmo essas duas formas de falar dentro da escola, dentro do ensino. (D. Alvina, trecho de entrevista, 2015).

Acreditamos que não é errado afirmar que dessa forma o português da aldeia vai ficando para trás, pois o ensino dessa língua depende muito do professor, já que é opcional. O professor trabalha essa variedade dentro do currículo ou não, tanto faz. As Secretarias

estipulam carga horária para o ensino do português em sua norma culta e ponto. Como se não fosse o bastante, o português indígena ainda disputa espaço com as línguas estrangeiras que são ensinadas no Ensino Médio e que possuem carga horária obrigatória. Engraçado é ensinar línguas estrangeiras nas escolas indígenas como obrigação enquanto temos a nossa própria língua excluída do currículo, ou seja, o português da aldeia não tem espaço na carga horária da escola.

Outro aspecto importante a ser tratado, está relacionado às coisas que vem de fora e que direta ou indiretamente tem contribuído com a mudança que esta ocorrendo com a língua falada nas aldeias. O primeiro ponto a se destacar é a entrada de brancos, pessoas que entram na aldeia e acabam trazendo suas formas de falar para dentro da comunidade.

A tecnologia também é um motivo de preocupação. Apesar de ter trazido muitos avanços para a comunidade trouxe também alguns problemas. Segundo os professores, os jovens têm se ligado muito nas redes sociais e acabam esquecendo algumas práticas de antes. O professor Marcelo relata que:

Os alunos quando sai pro recreio, em vez de tá reunido ali, conversando... eles estão lá na rede social, Facebook, cada um individual lá. E essa prática de conversar entre eles estão se acabando. (Marcelo Correa, trecho de entrevista, 2015).

Como vimos, o português Xakriabá vêm sofrendo influências linguísticas de várias maneiras. Sabemos que a língua não é estática, ela sofre alterações com o passar do tempo, e essas mudanças vêm ocorrendo aqui. Sabemos também que há muitas pessoas que pensam que a língua portuguesa que nós Xakriabá falamos é o português do colonizador, o português padrão, portanto, não é língua indígena, que a língua indígena é o Akwen. É certo que as nossas gerações passadas falavam a língua Akwen, que era a nossa língua materna, mas eles foram obrigados a deixar de falar e começar a se comunicar em outra língua, o português. Mas não houve uma adaptação ao português padrão, exatamente como se pronúncia as palavras, mas sim uma mistura de línguas. Então, independente da forma como eles falavam, com variações do português, era uma segunda língua indígena, falada por pessoas indígenas, e cada palavra trazia consigo o seu significado e o seu valor. E nós remanescentes desta geração, falamos hoje a língua portuguesa, como primeira língua.

Assim, nós, Xakriabá, consideramos que temos a nossa língua indígena, quem melhor do que os próprios falantes de uma língua para definir o seu vocabulário e dizer que são falantes desta língua? Temos que ter vez e voz de falar que o português que nós falamos, é a nossa língua materna, e garantir o ensino do português indígena dentro das salas de aula de

acordo com as nossas especificidades, porque assim como as cargas horárias do português padrão são especificadas, o ensino das variedades desta língua também deveria ter um horário específico na carga horária das escolas. Enquanto isso não acontece, os alunos têm mais contato com o português padrão, principalmente os alunos do Ensino Médio, do que com a sua própria cultura e sua identidade. Temos que nos fortalecer a cada dia para reivindicar o que é nosso de direito, as cargas horárias têm que ser igualmente estabelecidas porque assim como precisamos das duas pernas para nos manter em pé, precisamos dos dois conhecimentos para caminhar juntos e chegar ao lugar desejado.

Há uma visão distorcida das pessoas que pensam que só se deve ensinar língua padrão e que se consentir falar o português indígena está errado. Mas, não existe linguagem melhor do que a outra, e nem linguagem errada, ambas têm seu valor e importância para cada povo que faz uso dela. A sociedade tem que reconhecer que há povos indígenas no Brasil, que temos os nossos direitos, que foram conquistados com muita luta e garra a partir dos movimentos dos indígenas e indigenistas e tem respaldo jurídico a partir da Constituição Federal de 1988. É a união que faz a força e temos que continuar unidos para chegar aos nossos objetivos, e assim trazer fortalecimento para a nossa cultura xacriabá.

Como vimos, nós Xacriabá temos o nosso jeito próprio de falar o português, ainda que muitos não o vê como símbolo da identidade indígena. No entanto, nós reconhecemos e sabemos que o português Xacriabá é a nossa língua e que, portanto, faz parte da nossa cultura. Infelizmente os jovens de hoje estão se distanciando cada vez mais do português da aldeia, devido ao avanço tecnológico e do fácil acesso a leitura e a escrita da língua padrão, tanto na escola, quanto fora dela.

Não é a nossa intenção criticar o desenvolvimento que o nosso povo está buscando e alcançando, porém, é preciso saber como fazer uso de todas as coisas da qual estamos tendo acesso sem deixar de praticar os costumes culturais. Como também não é nossa intenção criticar a instituição escola nas aldeias, ao contrário, a escola é muito importante para o desenvolvimento de nosso povo. O que queremos e precisamos é de uma escola voltada para a realidade de nossas comunidades, onde o conhecimento que a nós é passado através das gerações possam ter a garantia de continuidade. Queremos que o processo de escolarização seja adequado à nossa cultura, onde o português indígena possa adquirir status de língua e não de dialeto, pois:

[...] o papel da escola indígena, no que se refere ao ensino da língua portuguesa, é possibilitar que o aluno continue a se expressar na variedade local do português, garantindo, ao mesmo tempo, que ele tenha acesso ao Português padrão oral e escrito. (BRASIL, 1998).

Na aldeia, podemos perceber que apesar de muitas pessoas estarem se apropriando de muitas palavras da ortografia oficial, ainda há muitos que falam e preservam o português indígena. Foi surpreendente o que podemos presenciar nas falas, principalmente dos mais velhos onde eles relatam histórias de infância, o modo de viver de antigamente e como que com passar do tempo as coisas foram se modificando. Esses possuem muito conhecimento e nos mostram através da oralidade a riqueza que um mais velho tem em sua memória e experiência de vida. Infelizmente, muitos jovens hoje desconhecem as histórias dos mais velhos e não valorizam a sabedoria deles.

As crianças da aldeia Caatinginha, por exemplo, têm o modo de viver e o jeito de falar dos pais, pois dificilmente as crianças e jovens tem acesso às outras aldeias ou dirigem a fala a outras pessoas que não são da mesma aldeia, devido a fala ser um pouco diferente:

Nós fala di uma forma diferente, nós temo nosso próprio dialeto e assim em conjunto com a própria comunidade a genti comunica sem medo di erra, sem medo de fala porque nós entendemos o dialeto nosso. (Edvaldo, trecho de entrevista, 2015)

Esse comentário do entrevistado surge uma vez que o português da aldeia Caatinginha é diferente do português das demais aldeias Xakriabá, ele relata que a língua que eles falam tem diferença entre a língua falada nas demais aldeias, e são denominadas por eles como dialeto, que na verdade é uma das variedades do português que falamos. Outro aspecto interessante que acontece na aldeia Caatinginha é o fato de que quando eles vão para algum evento em outras aldeias, eles não vão sozinhos, eles andam em grupos da mesma comunidade.

O casamento só pode ser realizado entre os moradores da aldeia, é uma tradição que vem desde os mais velhos e permanece até hoje, segundo ele, é uma forma de preservar os costumes e tradições da aldeia. Dificilmente casam com pessoas de outra aldeia. Enquanto isso, nas outras aldeias as pessoas são bem mais comunicativas e estabelecem laços de amizades e casamentos entre si. As crianças da escola Bukinuk são muito tímidas, e respeitam muito os mais velhos e os professores da aldeia. Essa timidez é uma forma de educação dada pelos pais. Segundo uma conversa que tivemos com uma moradora da aldeia no qual ela relata que teve essa mesma educação e que ainda são passados esses costumes para os seus filhos e netos, que é saber respeitar os mais velhos e o próximo.

Em 1997 começou a funcionar a escola na aldeia Caatinginha. E com a chegada da escola as crianças e jovens foram se comunicando mais entre eles, tendo mais amizades com os colegas. Através da escola foi diminuindo mais a timidez dos alunos e professores, como afirma o professor Edvaldo:

A escola trouxe bastante disenvolvimento pra pessoas sai fora da timidez. (Edvaldo, trecho de entrevista, 2015).

Isso tem ajudado, pois os moradores da comunidade em reuniões dos pais, já colocam suas opiniões e sugestões. A escola também tem se tornado um meio de conseguir emprego para muitas pessoas da aldeia. Elas passaram a trabalhar a favor da comunidade e estão cada vez mais em busca de melhoria para a aldeia.

Houve mudanças na língua com a chegada dos livros didáticos, pois neles a escrita é diferente do modo como os moradores da comunidade estão acostumados a falar, é como se os livros os corrigissem o tempo todo na oralidade e na escrita. Sabe se que um texto “bem escrito” seria aquele que está de acordo com a gramática normativa da língua portuguesa. Porém, os professores da aldeia Caatinginha estimulam seus alunos a escreverem seus textos como eles costumam escrever. Os professores afirmam que um bom texto é antes de tudo aquele em que os alunos conseguem expressar bem as suas ideias.

Aqui tem isso vai produzir um texto começa lá, meu nome é Chicano molo na aldeia Caatinguia. A gente pega texto desse aluno e faz uma comparação no português padrão e explica pra eles que o português padrão não aceita da forma que eles fala mais o texto deles estão corretíssimo. (Edvaldo, trecho de entrevista, 2015).

O professor explica para o aluno a diferença entre uma língua e outra, porque é preciso saber escrever o português padrão, mais sem deixar de praticar aquilo que é a sua identidade, a língua indígena que é o português Xacriabá. A entrevistada abaixo diz que os alunos encontram muita dificuldade de produzir os textos e transcrever para o português padrão:

Eles não consegui escrevê direito, ai eu mando eles incunserta eles fica assim meio nervoso quando mando eles incunserta assim tem vez dá pra percebê que eles não gosta. (Marlene, trecho de entrevista, 2015).

Então é uma dificuldade para os alunos se adaptarem a outra linguagem, porque estão acostumados a comunicar se com os pais, com os anciãos e com as demais pessoas da aldeia, pessoas essas que em sua maioria não tiveram oportunidade de frequentar a escola, mas que são completamente competentes ao fazerem o uso da língua em sua comunidade, pois, entendemos que toda língua é perfeita para os falantes que fazem uso dela.

Para Cagliari (1996, p. 18) “a linguagem é um fato social e sobrevive graças às convenções sociais que são admitidas por ela. As pessoas falam da maneira como seus semelhantes e por isso se entendem”. E esses alunos da aldeia Caatinginha quando chegam na sala de aula tem muitas dificuldades em escrever e entender o português padrão, ao produzir textos escrevem exatamente do jeito que eles falam. Tem bastante dificuldade de separar uma linguagem da outra, ou seja, de falar de um jeito e escrever de outro jeito e acabam inserindo a fala na escrita, mas na oralidade, no uso da fala se entendem muito bem.

Devido a timidez, os alunos da escola Bukinuk tem bastante receio de falar em público e até mesmo na sala de aula, principalmente quando tem alguém na sala que não é da aldeia. Eles ficam com vergonha e com medo de falarem e as pessoas rirem do jeito como eles falam. Edvaldo também tinha esse receio quando saiu da aldeia para estudar fora:

Quando eu comecei lá no magistério no parque eu vinha com aquele receio dentro de mim. Eu tô no meio de pessoas estranhas, eu não sei cumá que vou mim lida aqui no meio desse povo, será se eles vai mim aceita, a forma de mim expressa né. (Edvaldo, trecho de entrevista, 2015).

E assim ele percebia que o modo dele falar era diferente dos outros, então muitas vezes ele não colocava a sua opinião nos debates em sala de aula com vergonha de falar e as pessoas começarem a rir de sua maneira de falar:

no próprio curso superior que nois fizemos lá na UFMG, terminamo agora nesse semestre agora, eu vejo que ainda encontro preconceito até mesmo entre os amigos mesmo né, e assim, eu tenho algo pra pude expressa mais muito das vezes em alguns encontros eu comecei expressa esse algo e ele muitas vezes foi revidado pra cima de mim como preconceito entendeu, foi uma forma que não foi aceito assim da maneira que eu tava falanu, né.

Quando era estudante do FIEI, o entrevistado afirma que se sentia constrangido a ponto de não querer expor sua opinião em muitas ocasiões com medo de não ser compreendido e de até mesmo sofrer preconceito por parte dos próprios colegas de curso, ou seja, dos parentes.

Infelizmente ainda há preconceito contra as línguas indígenas. Tem algumas pessoas das próprias aldeias que apropriam-se de algumas palavras da língua Portuguesa padrão e começam a rir dos que mantêm o português indígena, que preservam e valorizam a sua cultura sem receio de falar que é indígena, e muitos não entendem que é uma língua diferenciada que tem seu valor e a sua origem, e não uma forma errada de falar. Quando o preconceito linguístico vem de pessoas que não conhecem a realidade de nós povos indígenas, fica claro a

ignorância e a total falta de interesse e respeito em relação à cultura do outro e o que fica claro também para nós é que essas pessoas ainda vivem alheias à nós, apesar de tanto tempo de história. Agora infelizmente quando o preconceito parte de dentro de nossa própria casa, por parte dos próprios parentes, é algo que nos deixa triste, é um sentimento que não tem como definir. Até mesmo porque não existe uma só língua. Há muitas variedades linguísticas nesse nosso país.

Nós falamos a língua portuguesa com propriedade, mas estamos em busca do fortalecimento e do resgate da língua Akwen. Já temos algumas palavras nessa língua, alguns cânticos e orações. E os professores passam para as crianças em sala de aula, a importância que cada língua representa para nós, o Português e o Akwen. Cada uma tem uma finalidade nas nossas vidas, temos que saber usar cada uma ao nosso favor. Ficou bem claro nas entrevistas que apesar de sermos falantes de português, ou seja, da língua portuguesa ser nossa primeira língua, ainda há uma grande confusão sobre qual é de fato a nossa língua materna. D. Alvina fala na entrevista que:

depois que nós Xakriabá né, começamos a não falar a nossa língua materna, a nossa língua materna é essa que a gente fala no dia a dia né?"(D. Alvina, trecho de entrevista, 2015).

Ficou claro que não há um consenso sobre qual é a língua materna do povo Xakriabá. Para alguns a língua materna continua sendo o Akwen, embora ela esteja atualmente em processo de resgate linguístico e ainda não é a língua de instrução do povo. Todavia, o português também é considerado como nossa língua materna uma vez que é a língua de instrução oral e escrita do povo atualmente. Esse é o nosso entendimento enquanto estudantes universitárias.

Por outro lado, para muitos a língua portuguesa traz à tona as memórias do colonialismo, da escravidão e da extinção de muitos povos indígenas no Brasil, e, com eles foram extintas suas línguas de origem. E aos povos que resistiram ficou o silêncio, fomos obrigados a nos calar. Esse sentimento apesar de tantos anos passados ainda faz se presente nas nossas comunidades através da história. Gorete Neto (2013, p. 128) afirma que " a língua portuguesa é para o índio, a língua do colonizador e assim sendo, traz o ranço da violência do contato e do silenciamento das línguas indígenas.". Conforme afirma o entrevistado abaixo:

Às vezes, as pessoas que é assim que a gente fala português cumpreto, mas pra quê se o português nem nosso ele não é, entendeu? Isso é o que eu acho errado das pessoas porque se o português ele foi obrigado a nós falar.(Edvaldo, trecho de entrevista, 2015).

Como observado, o português foi a língua que nos foi imposta fazendo com que a língua Akwen fosse deixada de falar por muitos anos. Hoje, o Akwen está em processo de resgate, como já foi mencionado anteriormente. Ainda há um longo caminho a percorrer para que ela se torne novamente, quem sabe, a primeira língua do povo Xakriabá. Por isso, mesmo que a linguística reconheça como língua materna aquela primeira língua com a qual se tem contato, para o povo Xakriabá o Akwen é a língua materna e o português é a língua da sobrevivência, a segunda língua.

Queremos esclarecer que falar sobre a língua Akwen não estava em nossos planos quando pensamos em nosso tema de pesquisa. Mas, como esse assunto foi aparecendo em nossas conversas e foi muito citado nas entrevistas que fizemos, achamos por bem fazer uma ressalva sobre o assunto. Também é bom refletir que o termo português índio ainda é desconhecido até mesmo por parte de alguns professores da língua. Entendemos que é necessário um estudo sobre essa questão e que não é tão fácil assim discutir sobre esse assunto.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esses quase três anos de pesquisa, passamos por diversos momentos. As situações que vivemos durante esse tempo nos fizeram refletir sobre o real sentido dessa nossa trajetória enquanto estudantes e pesquisadoras. Aprendemos muito, e percebemos que apesar de estarmos e vivermos dentro de nossas comunidades, em nossas aldeias sempre há algo novo para aprender. Aprendemos que os verdadeiros conhecimentos e riquezas estão em observar com atenção os fenômenos que ocorrem ao nosso redor. E um dos principais fenômenos que podemos citar é o linguístico.

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa foi possível compreender um pouco sobre a língua portuguesa falada em nossas aldeias e sua representatividade dentro de nossas comunidades e escolas. Por exemplo, a maneira como as diferentes gerações fazem uso dessa mesma língua, as mudanças que ela vem sofrendo durante o passar dos anos e os preconceitos que muitos falantes sofrem devido à sua maneira de falar ser diferente do português padrão. Esses foram alguns dos assuntos tratados nesse percurso.

Foram muitos os desafios que encontramos, mas conseguimos superá-los. A ajuda que recebemos por parte de todos que colaboraram conosco foi essencial para que pudéssemos desenvolver o nosso trabalho. E os aprendizados que tivemos foram muitos, mais até do que as dificuldades que encontramos. Em relação a nossa pergunta da pesquisa, entendemos que as escolas precisam procurar uma abertura no currículo para trabalhar as variedades da língua portuguesa falada em nossas aldeias. Devemos fazer valer o nosso direito à especificidade na educação. E aos professores cabe a função de mediar essas situações de diversidade linguística nas salas de aula. Reconhecer e valorizar como eles vêm fazendo, o português da aldeia.

Tivemos através dessa pesquisa a oportunidade de começar uma discussão sobre o ensino da língua portuguesa na escola dessas duas aldeias que deverá ser aprofundado futuramente. Assim, esperamos que esse trabalho possa contribuir para futuras pesquisas sobre o assunto e que o ensino da língua portuguesa indígena e do português padrão possam ser objetos de estudos nas escolas das aldeias.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*. 49. Edição. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BORGES, Agueda Aparecida da Cruz. Língua Portuguesa para Índios Mundurucu: Desafios e Possibilidades de Ensino. In: D'ANGELIS, Wilmar R (Org.). *Ensino de português em comunidades indígenas: (1ª e 2ª língua)*. Campinas, SP: Curt Nimuendaju, 2013. p. 13-15.

BRASIL, Mec. *Referencial Curricular Para as Escolas Indígenas*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *A linguística e o ensino de português*. Alfabetização e linguística. São Paulo, Scipione, 1996.

CÉSAR, América L. CAVALCANTI, Marilda C. *Do singular ao multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio*. Campinas, SP, 2007.

GORETE NETO, Maria. Português indígena vs Português acadêmico: as licenciaturas indígenas e o desafio de ensinar línguas. In: D'ANGELIS, Wilmar R (Org.). *Ensino de português em comunidades indígenas: (1ª e 2ª língua)*. Campinas, SP: Curt Nimuendaju, 2013. p.127-140.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MAHER, Terezinha de Jesus Machado. O ensino de língua portuguesa nas escolas indígenas. *Em aberto*, Brasília, ano 14, n. 63, jul.-set. 1994.

SILVEIRA, Elza Gonçalves da. *Sobre a Literatura Xakriabá*. Belo Horizonte: FALE/ UFMG: CGEEI/ SECAD/ MEC, 2005. 60 p.

TRINDADE, Israel Elias. O português como língua indígena: o fenômeno da monotongação como elemento de construção da identidade Tapuia. *Anais do SILEL*. Uberlândia: UDUFU, v. 2, n. 2., 2011.